



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (**XVI ENANCIB**)
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação
Comunicação Oral

PODER INFORMACIONAL E DESINFORMAÇÃO¹

INFORMATIONAL POWER AND DISINFORMATION

Vladimir de Paula Brito, UFMG
vladimirpbrito@gmail.com

Marta Macedo Kerr Pinheiro, UFMG
martakerr@gmail.com

Resumo: A pesquisa estuda a criação do Poder Informacional por parte do Departamento de Defesa e das agências de inteligência dos EUA e o estabelecimento de um conjunto de instrumentos de desinformação, com o intuito de manter e ampliar sua influência de poder. A Internet é analisada como ferramenta com vistas à criação de uma arquitetura informacional cuja prevalência fosse estadunidense. Objetiva-se no estudo, identificar as principais características do processo de conformação do Poder Informacional, e parte dos instrumentos empregados pela potência estadunidense para manter e ampliar sua hegemonia. O método de pesquisa foi de natureza qualitativa mediante o emprego da análise de fontes documentais doutrinárias e revisão bibliográfica. Concluiu-se que essa nova esfera de poder pelos EUA, o informacional, para além dos ganhos iniciais da criação e regulação da nova rede mundial, apoiar-se-ia em diversas estruturas institucionais voltadas para a realização de operações de informação, conjugando técnicas de desinformação, decepção e operações psicológicas.

Palavras-chave: Poder Informacional. Desinformação. Decepção. Operações psicológicas. Operações de informação.

Abstract: The research studying the creation of the Informational power by the Defense Department and US intelligence agencies and the establishment of a set of disinformation instruments, in order to maintain and expand its influence power. The Internet is considered as a tool with a view to creating an information architecture whose prevalence was American. Objective in the study, identifying the main features of the Informational Power forming process, and part of the instruments used by the US power to maintain and extend its hegemony. The research method was qualitative through the use of doctrinal analysis of documentary sources and bibliographical review. It was concluded that this new sphere of power by the US, informational, apart from the initial gains of creation and regulation of the new global network, support would be focused on various institutional structures for conducting information operations, combining techniques misinformation, deception and psychological operations.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

Keywords: Informational Power. Disinformation. Deception. Psychological Operations. Information Operations.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda a criação do *Poder Informacional* por parte do Departamento de Defesa e das agências de inteligência dos EUA, bem como o estabelecimento de um conjunto de instrumentos, tais como as Operações de Informação, com o intuito de manter e ampliar sua influência nesse novo espaço de poder. Dessa forma são analisados o planejamento e desenvolvimento das redes digitais, principalmente a Internet, como ferramentas com vistas à criação de uma arquitetura informacional cuja prevalência fosse estadunidense. Objetiva-se, portanto, neste estudo, identificar as principais características do processo de conformação do *Poder Informacional*, bem como parte dos instrumentos empregados pela potência estadunidense para manter e ampliar sua hegemonia nesta dimensão das relações internacionais como no caso das Operações de Informação. Para percorrer esse caminho se tem como etapas a conceituação do que sejam desinformação, decepção, operações psicológicas e suas subdisciplinas, também caracterizando seus princípios, métodos, técnicas e ações. Igualmente é realizada a descrição e análise do processo de criação do *Poder Informacional*, avaliando sua conceituação, bem como as escolhas políticas e tecnológicas que o permearam. E, por fim, a conceituação das Operações de Informação e seu conjunto de capacidades. Como método de pesquisa foi adotada uma abordagem de natureza qualitativa, em que se buscou uma aproximação do objeto de estudo mediante o emprego da análise de fontes documentais doutrinárias, bem como revisão bibliográfica. Neste trabalho, partiu-se da hipótese inicial de que essa nova esfera de poder nas relações internacionais seria hegemônica pela própria potência estadunidense. Para além dos ganhos iniciais da criação e regulação da nova rede mundial, existiria uma política por parte do governo com vistas a conservar e/ou aumentar sua influência nessa arena. Nessa lógica os EUA apoiar-se-iam em diversas estruturas institucionais voltadas para a realização de Operações de Informação, conjugando o uso de técnicas de desinformação, decepção e operações psicológicas, com ataques cibernéticos e outros.

2 DESINFORMAÇÃO, DECEPÇÃO E OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Circundados por redes digitais em que os dados fluem para as distintas partes do globo, modificando comportamentos, reorganizando sociedades e afetando modelos econômicos, o entendimento da dimensão de poder informacional é fundamental aos

cidadãos, bem como para o conjunto das nações. Sob a égide de um discurso ideológico de uma “aldeia global”, alicerçado por uma “sociedade pós-industrial”, produzidos por uma pretensa “inevitabilidade tecnológica”, diversos setores sociais se conectam às redes de informação mundiais com a crença de que adentram um subproduto do avanço científico, que tal como um templo estaria desvinculado dos interesses políticos e econômicos dos atores estatais.

Como implicação da lógica acima descrita, empresas de telecomunicações foram privatizadas, reservas de mercado em áreas como informática e redes foram descontinuadas, e as infraestruturas nacionais para a Internet foram edificadas sobre plataformas de softwares e hardwares norte-americanos. Além disso, com a ampla propagação de aplicativos on-line, tais como correios eletrônicos, sites de armazenamento e redes sociais, os conteúdos informacionais de sociedades inteiras passaram a ser armazenados principalmente nos Estados Unidos, sob a égide das leis deste Estado. Como consequência, mais do que um destino marcado pela dependência econômica e tecnológica, diversas nações no decorrer dessa jornada também abrem mão inconscientemente de sua própria soberania nacional. Quando se questiona sobre Estado informacional e controle estatal, se esquece de que grande parte do conteúdo produzido é disponibilizado nas redes a partir da tecnologia proprietária dos EUA, e dentro das fronteiras desta nação (DANTAS, 2002), sujeitos, por conseguinte, à ação de seus serviços de inteligência e informação. Nesse sentido, o entendimento dessa lógica de poder se traduz na possibilidade de escolher novos destinos, novos rumos nacionais, que não perpassem necessariamente pela “inevitabilidade” da inserção subordinada à potência do norte.

No tocante ao Campo da Ciência da Informação a presente pesquisa representa a tentativa de transpor o estudo de técnicas de organização da informação, ferramentas de gestão ou teorias informacionais sobre a sociedade da informação como se estas não estivessem firmemente plantadas sob uma lógica de poder. Quando se estudam as origens desse ramo da ciência, remontando ao citado *Memex* de *Vannevar Bush*, se esquece de que, além de renomado pesquisador, Bush foi o chefe do esforço científico de guerra estadunidense. Sua conclamação pública quanto ao desafio de recuperação da informação estava associada à corrida pela arma tecnológica superior, apostada com o adversário soviético (BRETON, 1991; BARBROOK, 2009). As técnicas, os processos e os discursos ideológicos vitoriosos não existem dissociados dos grandes interesses dos atores estatais e econômicos de seu tempo. Poucos são os estudos na área de CI (BRAMAN, 2006) que de fato se imiscuem na política que envolve e permeia a presente dimensão informacional. Uma

explicação para essa lacuna seria apresentada por Foucault ao argumentar sobre o desejo “de não ter de começar, um desejo de encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior, o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico” (FOUCAULT, 2012, p. 6).

Como pesquisa de objetivo exploratório e natureza qualitativa a obtenção dos dados utilizou a contribuição dos autores em revisão bibliográfica e ampla pesquisa documental lastreada pela análise de documentos primários, a produção doutrinária do governo estadunidense. Em que pese o secretismo que marca a atuação das agências de defesa e serviços secretos, ao longo da última década uma série de doutrinas militares vem sendo trazidas a público pelo Estado norte-americano com importantes aspectos conceituais práticos e organizacionais sobre os meios e estratégias para criar e monopolizar o Poder Informacional. Essas doutrinas, entendidas como um conjunto de princípios que serve de base a um sistema, têm como objetivo justamente ordenar a atuação dos aparatos de inteligência e defesa desse país, com vistas a obter vantagens na esfera informacional. Nessa lógica serviriam como um dos principais instrumentos que ordenariam as ações, coletivizando-as. Tais doutrinas² objetivariam, portanto, suportar e padronizar as ações, permitindo amplitude nos propósitos e na atuação. Em meio ao secretismo da área de inteligência e defesa, nas doutrinas repousariam as melhores práticas e casos de sucesso, permitindo que o conhecimento vença o segredo, em organizações de Estado.

Ao contrário de um verdadeiro compromisso com a liberdade de informação, essa disponibilidade doutrinária se tornou um imperativo para o Estado norte-americano, principalmente no tocante ao Departamento de Defesa. Uma vez estabelecido o novo mecanismo de Poder Informacional, no momento em que este adquiriu ampla disseminação com a consolidação da Internet estadunidense, exigiu uma enorme descentralização do conhecimento em relação aos atores estatais envolvidos, com vistas à manutenção da hegemonia adquirida. Embora todo processo fundacional dê vantagens ao criador, uma vez erigido o novo espaço de poder, sua manutenção exige o engajamento de um grande volume de pessoas.

Observando o referido arcabouço doutrinário se destacam os principais instrumentos para a busca da hegemonia informacional, que seriam: desinformação, decepção e operações psicológicas. Tais conceitos se inter-relacionam e, muitas vezes, tendem a ser confundidos ou sobrepostos dado o seu emprego semelhante, cujo objetivo comum seria o de modificar a

²O termo *doutrina* é aqui definido como o conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político, filosófico, militar, pedagógico, entre outros.

percepção de um adversário de acordo com os interesses de quem executa a ação. Assim, serão analisados a seguir de maneira a identificar suas diferenças e peculiaridades.

2.1 DESINFORMAÇÃO

No tocante ao campo da CI, com o aparecimento do conceito de Sociedade da Informação, muito tem sido pesquisado sobre a qualidade da informação e o atendimento das necessidades informacionais. Temas como revocação e precisão são correntes nas pautas de estudos nacionais sobre as necessidades informacionais dos usuários. Todavia, percebem-se poucos estudos sobre a temática desinformação, em um contexto em que os sistemas de informação passaram a ser abertos, e amplamente disponíveis como é o caso da Internet. Ou seja, em um espaço onde o internauta não conta com especialistas, como os bibliotecários, para intermediar sua relação com a informação que supostamente necessita. E mesmo com a existência dos referidos especialistas, dado o pequeno conhecimento científico existente sobre o assunto, arriscam-se estes a replicar conteúdos desinformativos, legitimando-os com o seu *referendum* técnico e aparentemente isento (BRITO, 2015; CASTRO; RIBEIRO, 1997).

Percebe-se uma miríade de significados para o que seria desinformação, destacando-se as definições a seguir:

Ausência de informação. Com ampla disseminação nos meios acadêmicos e na imprensa brasileira, entende-se desinformação como um estado de ignorância do indivíduo em relação ao conhecimento que lhe seria relevante. Bem exemplifica esse olhar a definição dada pelo dicionário Michaelis como sendo o “estado de uma pessoa ou grupo de pessoas não informadas ou mal informadas a respeito de determinada coisa³”. Nesta acepção desinformação seria uma espécie de medida cultural do indivíduo, como um qualificador de ausência de cultura (NEHMY; PAIM, 1998; AQUINO, 2007).

Informação manipulada. Outro entendimento bastante presente sobre desinformação se relaciona ao fornecimento de produtos informacionais de baixo nível cultural, cuja consequência direta seria a “imbecilização” de setores sociais. Nesta concepção do conceito, setores da elite desinformariam amplamente de maneira a se perpetuarem no poder, concretizando mais facilmente seus próprios interesses. Assim, enquanto a população assiste novelas televisivas, lê romances baratos ou revistas sensacionalistas, as grandes questões que nos permeiam passariam despercebidas, sem a compreensão ou o acompanhamento dos maiores interessados, a própria população (DEMO, 2000).

³Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/desinformar%20_943304.html

Engano proposital. Nesta abordagem desinformação é considerada uma ação proposital para desinformar alguém, de maneira a enganá-lo. Assim, o aspecto subjetivo da ação, a aspiração de enganar outrem é parte determinante do conceito. Não existe desinformação sem o propósito do desinformador, bem como o objeto da ação, o desinformado. O dicionário Webster, por exemplo, define desinformação como “informação falsa deliberadamente e, muitas vezes secretamente espalhada (como com o plantio de rumores), a fim de influenciar a opinião pública ou obscurecer a verdade” (Merriam-Webster, 2013). Dessa forma, compõe o conceito de maneira indissociável o elemento subjetivo relativo ao ato deliberado de induzir ao erro. Também envolve uma metodologia preferencial, a atuação secreta, em que o autor permanece desconhecido do alvo. Por fim, outro aspecto também de ordem subjetiva, o objetivo de influenciar a opinião de alguém mediante a deturpação da verdade. Bastante semelhante é a definição do dicionário Oxford, para quem desinformação é a “informação falsa destinada a enganar, especialmente a propaganda emitida por uma organização governamental para uma potência rival ou para a mídia” (OXFORD DICTIONARIE, 2013). Assim, também comporia o significado do termo o emprego deste recurso por parte dos governos no terreno das disputas internacionais. Igualmente se faz notar a prevalência no uso da mídia enquanto transmissor privilegiado das desinformações.

2.2 DECEPÇÃO

Como *deception* não possui tradução no país, ou é traduzida erroneamente como desinformação, consideramos mais fácil ao leitor a introdução de um novo termo, do que nos amalgamarmos a um conceito falsamente similar. Desta forma justificamos a adoção do termo *decepção*⁴ como tradução para *deception* pela inexistência de uma expressão em língua portuguesa que exprima o ato de enganar um adversário, mediante uma ação planejada, e com o uso de um conjunto de métodos.

Em um primeiro olhar, aparentemente, desinformação e decepção seriam sinônimos na medida em que ambos os conceitos objetivam enganar o objeto da ação. Todavia, decepção tem o escopo bem mais abrangente, empregando também outras técnicas informacionais. Além da já citada *desinformação*, ter-se-ia a *Negação*, em que se tenta bloquear o acesso a fontes e canais alternativos de dados que permitam o questionamento da falsa realidade sendo

⁴ A palavra "decepção" foi escolhida por representar um novo conceito, que inexistente no vocabulário português, sendo os termos correlatos, tais como engano ou falsidade, parciais, por estarem agrupados dentro de conceito doutrinário de "deception" que seria mais abrangente. Por este trabalho representar parte da síntese de uma tese, construída sobre essa tradução de "deception" como "decepção", utilizamos, portanto, tal terminologia.

construída. A *Informação verdadeira*, onde são fornecidas meias-verdades ou dados corretos, que não sejam de importância vital, com vistas a corroborar as informações falsas, ou reforçar pré-concepções no alvo da ação que sejam favoráveis ao roteiro que vem sendo apresentado. E o *Mau direcionamento*⁵, quando são disponibilizadas muitas informações sobre acontecimentos diversos, aumentando a incapacidade decisória do tomador de decisões inimigo dado o volume de conhecimento a ser processado (BENNETT; WALTZ, 2007, p. 98 - 106).

Nesta lógica, autores como Godson e Wirtz (2002) compreendem a atividade de enganar um adversário como diretamente associada à capacidade de negar a este o acesso a informações verdadeiras, ao mesmo tempo em que são fornecidas falsas. Sob essa lógica, ao operar com negação informacional, tenta-se negar ao alvo da ação o acesso a informações precisas sem que este saiba (DURANDIN, 1997, p. 84). Em paralelo, opera-se com desinformação que por sua vez se relaciona ao esforço de fazer com que o adversário acredite em informações falsas (GODSON; WIRTZ 2002, p. 2). Negação e desinformação são, portanto, prescritos para atuarem concomitantemente a partir do escopo abrangente de uma operação de decepção, de forma a conduzir a visão do alvo para a paisagem que se quer apresentar, impedindo o olhar deste para outras passagens que poderiam pôr em xeque o cenário de desinformação pretendido. Cabe destacar que com tal sofisticação de recursos utilizados as operações de decepção são de difícil detecção até mesmo por especialistas no campo informacional. Outra característica das ações de decepção é a de que estão voltadas para os principais dirigentes e gestores adversários, focando em seu perfil e comportamento decisório.

2.3 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Pela análise das doutrinas estadunidenses percebeu-se que semelhante à atividade de decepção, as operações psicológicas se diferenciariam dessa principalmente por seu escopo. Assim, é justamente no tocante ao público alvo que reside a distinção mais significativa da atividade de decepção para com as *operações psicológicas*. Para esta última seu principal foco é bem mais amplo do que o da decepção (CLARK, 2013, p. 163), atuando sobre diversos setores sociais para desinformar, sejam estes uma categoria profissional ou mesmo toda uma sociedade (QUALTER, 1962; LINEBARGER 2010). Ao invés de estimular a tomada de decisão de um indivíduo em posição de comando, busca-se induzir uma população a desistir

⁵ Misdirection. Tradução nossa.

de lutar, perder a fé em seus dirigentes, ou abandonar desconfiada algum tipo de produto que antes consumia.

Indiscutivelmente os Estados Unidos herdaram da principal potência mundial anterior, a Inglaterra, o conhecimento das técnicas de decepção e operações psicológicas elaboradas até então. Os ingleses contavam com a capacidade de desinformar como um atributo importante para a vitória nas duas guerras mundiais, particularmente a última em que lutaram. Foi empregada a desinformação para enganar o adversário alemão, mas também para manipular sua própria população e também a de países aliados. Em um contexto de guerra total, todos os recursos deviam ser mobilizados. Até mesmo os Estados Unidos foram objeto de operações psicológicas e de decepção britânicas, para que se envolvessem nos conflitos em questão, de maneira a que apoiassem a sua causa. Embora a população dos EUA e parte de seu Estado fossem alvo da ação informacional dos ingleses, estes contavam, todavia, com aliados em meio à elite estadunidense, preocupados com o surgimento de uma única potência hegemônica na Europa, no caso a Alemanha. Não obstante, se existiram sérias implicações sobre os Estados Unidos no apoio à Grã-Bretanha, foi uma escolha política cujos ganhos foram expressivos. Em que pese a complexa propaganda da Grã-Bretanha, a escolha da elite e governo norte-americanos foi uma escolha consciente.

O resultado para os EUA foi extremamente positivo. Além de se tornarem uma das principais potências após a guerra a um custo relativamente baixo em termos materiais, se comparados com os outros envolvidos (HASTINGS, 2012), também herdaram parte do conhecimento acumulado pelo império britânico ao longo de séculos de existência.

Com esse acúmulo de experiência prévia secular o Estado britânico conseguiu dar saltos de qualidade ao explorar a dimensão informacional no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Esses artifícios, conceitos e padrões em suas novas implementações, impingidas pelas necessidades da guerra, e também pelo gênio humano, foram revolucionários. Recém-admitidos no mundo das grandes potências globais, os estadunidenses conseguiram abreviar o que seria um longo caminho de aprendizado. Ao estabelecer sua parceria militar com a Inglaterra conseguiram acesso ao até então *estado da arte*, quanto ao uso da informação, para lograr e manipular outros atores. No entanto, ao contrário da Grã-Bretanha, seu projeto de hegemonia não privilegiava a ocupação física, e sim o domínio informacional. Se sob o prisma tático os EUA foram o aprendiz, na dimensão estratégica tiveram chance de superar o professor e construíram uma agenda completamente diferente dos britânicos.

Ao analisarmos as *operações de decepção* e *operações psicológicas*, percebe-se sua adequação a um contexto de hegemonia militar e predominância informacional da potência

estadunidense. Conforme já observado, com o pós-guerra e como resultado da disputa com o bloco soviético, os EUA conformaram um aparato militar sem precedentes na história. Ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer a primazia no desenvolvimento tecnológico e informacional. Seja nas transmissões televisivas por satélites, na produção de conteúdo informativo, ou no desenvolvimento de aplicativos de redes sociais permitindo a criação de milhares de comunidades virtuais, o entorno informacional atual passa centralmente pelos Estados Unidos, assim como no final do século XIX era concentrado no Reino Unido. Em uma realidade pautada pelas tecnologias informacionais, a centralização das redes digitais associada à liderança tecnológica representa um poderoso instrumento no jogo de poder global. Os EUA haviam se tornado, portanto, um Estado informacional, provavelmente um dos mais sofisticados do planeta, e uma nova dimensão de poder fora forjada, o *Poder Informacional*.

Com a sinergia entre o sofisticado domínio das técnicas desinformacionais, a hegemonia na produção informacional mundial, em conjunção com a grande abrangência da comunicação por satélites e das redes digitais, o uso dessas diferentes técnicas de desinformação abordadas nesse estudo ganhou enorme capilaridade social:

embora a tecnologia contemporânea seja capaz de transmissão instantânea de mensagens em todo o mundo e devido à enorme expansão da exposição a todos os meios de comunicação, é difícil para um país isolar seus cidadãos de idéias e informações que são normalmente conhecidas no restante do mundo (JOWETT; O'DONNELL, 2012, p. 14).

Como consequência, o processo decisório dentro do Estado foi consideravelmente alargado, em que a opinião pública consegue exercer influência direta em muitas questões outrora de âmbito ministerial em que “[...] as decisões políticas são tomadas com base no que as populações vêem na mídia sobre a situação [...]” (DUNNIGAN; NOFI, 2001, p. 470). A comunicação em redes digitais tende ainda a acentuar mais esse processo, uma vez que permite a comunicação em duas vias.

Como decorrência disso, percebe-se uma tendência à maior sobreposição entre operações de decepção e psicológicas, uma vez que, ao atingir parte da população, se consegue concomitantemente influir decisivamente sobre as escolhas dos setores dirigentes. Por outro lado, como característica fundamental do que seja um Estado informacional, a capacidade da sociedade perceber a manipulação dos sentidos e percepções, a partir de uma realidade digitalizada, é cada vez mais difícil, senão impossível (BRAMAN, 2006).

Nesse sentido, com o início do século XXI, para além das operações psicológicas, a convergência do emprego também de operações de decepção, a partir da mídia eletrônica, tende a ampliar-se significativamente.

Com a junção entre o domínio dos instrumentos conceituais de desinformação herdados dos britânicos, e a ampla liderança da tecnologia da informação, os EUA viram-se diante de possibilidades nunca dantes sequer imagináveis aos grandes potências anteriores. A junção das técnicas de desinformação, com o predomínio tecnológico, permitiu que *decepção* e *operações psicológicas* pudessem ser empregadas sobre grande parte das populações do mundo. Isso tudo acrescido da intangibilidade e inverificabilidade das ações informacionais dos governos, que permeiam o modo de existir dos Estados informacionais.

Uma decorrência natural dessa ampla hegemonia informacional e desinformacional seria justamente o aproveitamento das sinergias disponíveis. A conexão da produção de conteúdo informativo, do domínio da arquitetura de rede, e de todo o espectro das (des)informações para enganar, sejam estas de decepção ou psicológicas, comportaram o surgimento de um acúmulo tecnoinformacional, que deu origem ao Poder Informacional, e às doutrinas com o fito de hegemonizar esse tipo de poder, tais como a de Operações de Informação, e assemelhadas.

Desinformação simplesmente, ou o seu emprego em uma conjunção mais ampla das operações de decepção e psicológicas sempre foi algo extremamente trabalhoso para ser realizado em uma realidade completamente analógica. A partir da experiência britânica, homologada e assumida posteriormente pelos estadunidenses, percebemos a amplitude dos canais utilizados e a sofisticação do conteúdo desinformacional disponibilizado para o sucesso analógico. No presente contexto, em tempos de *Poder Informacional* e de mídias digitais onipresentes, como uma imensa *matrix* cercando a tudo e a todos, o conhecimento de como desinformar juntou-se à prevalência tecnoinformacional em uma realidade apresentada pelos meios digitais.

2.4 PODER INFORMACIONAL

A prevalência de um país na “sociedade da informação” lhe permite uma ampla capacidade de coleta de informações, muitas destas sensíveis, o que facilitaria o processo decisório governamental. Presume-se que em um contexto de abundância de informações, os atores terão certamente um comportamento distinto do que diante de uma situação de escassez dessas, em que prime a incerteza. (KEOHANE, 1986, p. 197). Nesse sentido, a obtenção de conhecimento adequado é crucial no jogo político-militar entre os Estados. Mas justamente as

informações mais relevantes são as mais difíceis de serem obtidas, avaliadas e analisadas. A digitalização do contexto informacional dos indivíduos ampliaria a capacidade de sistemas mais sofisticados coletarem informações relevantes.

Redes como a Internet também permitiram ganhos específicos sob o viés de cada posição ideológica. Como já visto, a abordagem pragmática realista passaria a contar com a possibilidade de danificar seriamente a infraestrutura econômica de um adversário em caso de conflito, podendo semear também confusão informacional em situações de crise. Dados bancários podem ser apagados, centrais de energia comprometidas, processos produtivos danificados. Paralelamente, agências de notícias ficariam indisponíveis, bem como correios eletrônicos e sites governamentais. Poder-se-ia chegar ao ponto em que computadores domésticos, ou mesmo um simples editor de texto deixariam de funcionar a contento.

A desregulamentação do mercado internacional das telecomunicações sob o viés neoliberal nos anos noventa é um excelente exemplo desse tipo de ação. Para além de limitar as opções de desenvolvimento tecnológico da maioria dos Estados nacionais, essa fragmentação permitiu a exportação do modelo de mercado estadunidense, bem como a consolidação de suas empresas em diversos pontos da cadeia produtiva (MORAES, 2007, p. 347-392).

A construção das redes globais de informação se constituiu, portanto, como uma esfera política e tecnológica, em que se atuava para consolidar a hegemonia estadunidense. Compreender as etapas dessa jornada em direção à edificação da primeira rede mundial de computadores permitirá alcançar a nova dimensão dada posteriormente ao Poder Informacional. Sua construção foi um projeto executado paulatinamente, em que cada nova etapa descortinava novas possibilidades e a nossa análise inicia-se pelo estabelecimento da sociedade da informação.

Curiosamente, reputa-se a *Vannevar Bush* a origem da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996; CORNELIUS, 2002, p. 397; FREIRE; SILVA, 2012, p. 14). Enquanto chefe do esforço científico de guerra norte-americano, com vistas, primeiro, a vencer a contenda travada com as potências do Eixo e, posteriormente, o enfrentamento com os soviéticos, Bush (1945) conclamou seus pares para a necessidade de buscar formas de aprimorar a recuperação da informação, ante o grande volume produzido a partir de então. Embora as consequências de seu chamado tenham propiciado grande benefício cultural e econômico à humanidade, em seu conjunto, seu objetivo sempre esteve associado ao terreno do conflito e ao enfrentamento tecnológico com os russos, no pós-guerra. A dinâmica do período da Guerra Fria, em que um conflito militar direto entre as potências poderia causar

uma destruição mútua a partir da guerra nuclear (representadas pela doutrina de estratégia militar *MAD – Mutual Assured Destruction*), potencializou o enfrentamento no campo informacional, seja na corrida tecnocientífica ou na disputa político-ideológica.

Vannevar Bush pode ser considerado como um dos expoentes originários da disputa tecnoinformacional que adviria entre as potências da Guerra Fria. Primeiramente, sob o prisma político, por coordenar o esforço de pesquisa voltada para o suporte aos militares. A Segunda Guerra Mundial representou um salto de qualidade na vinculação das universidades e centros de pesquisa com as forças armadas e as necessidades de defesa (ISAACSON, 2014).

A segunda grande contribuição de Bush se deu na esfera científica propriamente dita, mais diretamente relacionada à dimensão informacional. Preocupado com a explosão informacional do pós-guerra, ao tentar potencializar a capacidade de pesquisa dos diversos laboratórios envolvidos no esforço tecnoinformacional, propôs o conceito de *Memex*. Sendo um termo cunhado da somatória de *memory e index*, o *Memex* foi um equipamento visionário, com o intuito de suportar a memória humana, bem como o armazenamento de informações. Bush em seu texto “*As We May Think*” (1945) argumentou que o volume dos conhecimentos aumentava em um ritmo extraordinário, o mesmo não acontecendo em relação ao avanço dos meios de armazenamento e acesso à informação. O modelo proposto por Bush foi o precursor do conceito de hipertexto, que seria o anteparo teórico do *World Wide Web*, e da rápida expansão da Internet a partir dos anos noventa. Da junção do esforço científico capitaneado por Bush e do seu conceito de *Memex* ter-se-ia parte dos alicerces do que seria denominado posteriormente de sociedade da informação.

Outro dos primeiros teóricos que tentou construir instrumentos para a ciência se locomover nesse novo cenário foi *Norbert Wiener*, com sua preposição sobre uma nova especialidade acadêmica denominada *cibernética*. Cabe observar que, ao contrário de Bush, Wiener impunha sérias restrições ao uso de suas pesquisas como subsídio a qualquer tipo de tecnologia para emprego militar, o que limitou, inclusive, seu acesso a laboratórios que pudessem ajudar a concretizar vários de seus conceitos teóricos (BRETON, 1991, p. 156-164).

Originalmente, Wiener pretendia estabelecer uma nova disciplina, a *cibernética*, o estudo do tratamento da informação no interior das máquinas, envolveria a compreensão de processos como codificação, decodificação, e retroalimentação que poderiam ser generalizados para humanos e animais. Na acepção de Wiener, sob a égide da transmissão da informação não existiriam diferenças entre máquinas e seres vivos. Em uma passagem de sua

obra, por exemplo, o autor descreve a similaridade entre autômatos e pessoas, quanto ao armazenamento da informação, em que

as informações recebidas pelo autômato não necessitam ser usadas de uma só vez, podendo ser retardadas ou armazenadas de modo a estar disponíveis em algum momento futuro. Isto é análogo à memória. Finalmente, enquanto o autômato está executando, as suas próprias regras de operação são suscetíveis à mudança com base nos dados que tenham passado através dos seus receptores anteriormente, e isso não é diferente do processo de aprendizagem (WIENER, 1965, p. 43).

Uma peculiaridade histórica foi a de que o conceito de cibernética de Wiener teve como efeito indireto sua apropriação por parte de acadêmicos e políticos soviéticos, associando-o a construção de uma nova sociedade e um novo homem. Em um cenário de aparente atraso científico na corrida espacial, o discurso acadêmico-governamental dos soviéticos exerceu profundo impacto nas agências de inteligência estadunidenses e, posteriormente, no restante do governo. A *equipe de pesquisa sênior em comunismo internacional da CIA* produziu um relatório, já em 1961, alertando sobre a política de inovação tecnológica adotada pelo comitê central soviético. Sob a perspectiva da CIA, o lançamento do Sputnik, em outubro de 1957, seria um primeiro evento paradigmático, em um espectro de pretensões muito mais abrangentes onde a cibernética exerceria um papel fundamental.

Os campos no qual o potencial para uma cadeia de "Sputniks" tornaram-se aparentes não se limitam às áreas óbvias de hardware. Eles incluem todo o vasto campo da "engenharia humana", a aplicação das técnicas de controle cibernéticas, não apenas para as ciências naturais e para a economia, mas para a remodelação da sociedade como um todo (CIA, 1961, p. 8).

Via-se portanto, o emprego da cibernética como um elemento de integração informacional, cuja dimensão afetaria tanto as relações produtivas, quanto o conjunto da sociedade. Da sinergia entre produções científicas, ensaios literários, palestras públicas, artigos de jornais e relatórios de especialistas, para com os relatórios formais de inteligência e palestras proferidas, construiu-se um contexto cognitivo social com elevada predisposição ideológica subjacente para crer como real a disputa tecnoinformacional com os soviéticos.

Enquanto as já citadas produções teóricas sobre o *Memex* de *Vannevar Bush* e a *Cibernética* de *Norbert Wiener* deram o arcabouço teórico original desse debate nas décadas de quarenta e cinquenta do século passado, novas contribuições também seriam justapostas no decorrer dos anos sessenta e setenta. Em 1964, o professor canadense *Marshall McLuhan* publicou "*Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*". Sua obra se tornaria um

dos principais catalisadores ideológicos da arquitetura da futura rede informacional que estaria por vir. Para ele, os veículos informacionais evoluíram para além da televisão, sendo que a junção da transmissão por satélite e dos novos computadores seria agregada aos meios já existentes conformando “uma rede global”, que se constituiria como “um campo único e unificado da experiência” (MCLUHAN, 2007, p. 390). De certa maneira, McLuhan popularizou visões científicas anteriores, como as do próprio Bush no tocante à tecnologia como intermediadora da relação homem-informação.

Longe de se ater somente à dimensão tecnológica, McLuhan previu também que as novas redes informacionais implicariam em grandes mudanças na economia e nos modelos políticos vigentes. Em uma nova “*aldeia global*” a convergência de mídias eletrônicas compondo uma rede em âmbito mundial iria criar um novo modelo de organização social para todos.

As visões de McLuhan foram imediatamente apropriadas pela *Comissão para o ano 2000*, criada pela *Academia Estadunidense de Artes e Ciências*. A Comissão liderada por *Daniel Bell* ficou conhecida, entre 1964 e 1968 também por *Comissão Bell*, e tinha a participação de 42 membros, oriundos predominantemente das universidades que compunham a *Ivy League* norte-americana que identificaram três tecnologias fundamentais que iriam determinar o destino da espécie humana: a computação, a mídia e as telecomunicações. Mais do que mero avanço tecnológico, antecipavam que esta simbiose seria um elemento inexorável na evolução histórica, tragando a todos, rumo à almejada sociedade da informação. A visão de futuro seria a comunicação mediada por computadores, em que o típico cidadão norte-americano teria acesso a bancos de dados on-line, comércio eletrônico e bibliotecas (BARBROOK, 2009, p. 201-206).

Prosseguindo na construção da sustentação ideológica da futura Internet, também em meados da década de setenta, *Zbigniew Brzezinski* adaptou o conceito de *sociedade da informação* para o campo de estudos sobre as relações internacionais, empregando para isso a expressão “sociedade global”. Embora tenha cunhado o conceito de *sociedade techtronica global*, seu sentido seria o mesmo da *sociedade da informação* de Bell em conjunção com a *aldeia global* de McLuhan. Mais do que descrever as maravilhas da tecnologia e da informação, em um retorno ao *destino manifesto*, *Brzezinski* advogava nessa época que “os Estados Unidos têm sido o país mais ativo na promoção de um sistema global de comunicações por meio de satélites, e é pioneiro no desenvolvimento de uma rede mundial de informação” (BRZEZINSKI, 1970, p. 32). Pela primazia nas redes informacionais globais, os valores e perspectivas estadunidenses seriam amplamente disseminados para o restante do

mundo. Isto “porque a sociedade americana, mais do que qualquer outra, se comunica com todo o globo” (BRZEZINSKI, 1970, p. 31). Ainda em 1970, o papel que *McLuhan, Bell e Brzezinski* cumpriram em relação à direção do Estado e da cúpula da comunidade científica, *Alvin Toffler* o fez em relação às massas. Ao popularizar o conceito de “*sociedade da informação*” com seus best-sellers *O Choque do Futuro*, em 1970 e *A Terceira Onda*, em 1980, edificou o amplo reconhecimento social necessário à consolidação do novo paradigma informacional emergente. Em seus trabalhos argumentou que a sociedade estaria atravessando uma gigantesca transformação estrutural, uma ruptura de um modelo de sociedade industrial em direção a uma “sociedade superindustrial” (TOFFLER, 1970). Em ondas a primeira teria sido a Revolução Agrícola, a segunda a Revolução Industrial e por fim, a terceira onda seria a Era ou sociedade onde a informação se tornaria o bem supremo a ser obtido e o supremo valor competitivo (TOFFLER, 1980).

2.5 O ARQUITETAR DA INTERNET

Em conjunção com a construção da ideologia e propaganda sobre a “sociedade da informação”, retomaremos aqui a evolução tecnológica, e o processo de escolhas que marcaram a pavimentação da Internet. Neste sentido, mais do que a criação de protocolos de rede, de aplicativos de correio eletrônico ou navegadores de documentos hipertextuais, esta construção privilegiou roteiros que obedeciam ao panorama estratégico amplamente apregoadado nos relatórios da CIA, ou nos textos teóricos dos autores da *esquerda da Guerra Fria*. Dentro de um discurso cuidadosamente elaborado para “expurgar a noção de poder”, a narrativa se dá sobre um mesmo enredo. Como a conjunção de participantes envolvidos seria tão gigantesca argumentava-se falaciosamente que o “tecnossistema mundial atingiu tamanho nível de complexidade que se tornou acéfalo, e, portanto, nenhuma pessoa é responsável por ele” (MATTELART, 2006, p. 145). Todavia, este esvaziamento de poder não condiz com a realidade factual. Como já observado, grande parte das decisões que culminaram no modelo de rede global vitorioso foram balizadas por um sólido entorno analítico. Ao menos a camada dirigente do DoD e das agências de inteligência sabiam perfeitamente onde queriam chegar, mesmo que enfrentando contradições pontuais, dúvidas de implementação, ou mesmo a competição por parte de outros atores do governo e/ou empresas.

3 DISCUSSÃO

Desde que condições objetivas surgiram ao Estado norte-americano para ocupar o espaço de hegemonia entre as potências, ficou claro, por parte de seus gestores, que teriam

que empregar um modelo de dominação bastante diferente do Europeu, então em franco declínio.

Essa percepção da necessidade de uma nova dimensão de poder que fosse mais sutil que as utilizadas até então, teve na Primeira e, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial, o ambiente propício para sua maturação. Mediante o uso de desinformações, nas operações psicológicas e de decepção, e da junção destas com a diplomacia pública, atuou-se a partir dos conhecimentos britânicos passados sobre a gestão política global, em troca de seu apoio militar e econômico sobre o conjunto da população mundial.

Os EUA iniciaram seu período de primazia nas relações internacionais com uma nova estratégia de domínio. A experiência com o uso da desinformação mesclada às informações verdadeiras, ao ruído e à negação de acesso que marcaram as operações psicológicas, de decepção e relações públicas, erigiram a base de conhecimento necessário para potencializar o uso dessa esfera de relações de poder. Com uma poderosa indústria de notícias, grandes editoras de livros e revistas, bem como ocupando a centralidade na produção mundial de filmes, todo este aparato poderia ser mesclado com as ações clandestinas do Estado para desinformar e corromper, a partir dos aparatos nos serviços de inteligência, defesa e diplomacia (BRITO, 2015).

Tendo a compreensão estratégica do novo papel da informação para o imperialismo moderno, bem como o instrumental adequado, o próximo passo envolveria transformar a faceta informacional em uma nova dimensão de Poder. Para efeitos do novo *hegemon* mundial, a capilaridade com que as informações fluíam pelo globo ainda seria demasiadamente reduzida para que fosse plenamente empregada como instrumento privilegiado de Poder. Em um mundo analógico, marcado por esferas de influência de potências regionais, e pela rivalidade com o modelo socialista, uma parcela significativa da população mundial permaneceria quase imune às medidas informacionais norte-americanas (BRITO, 2015).

No modelo de comunicações hierarquizadas então instituídas, tal como são as redes de televisão, redes de rádio, ou telefonia, as empresas operam dentro do território nacional, controlando e sendo controladas pelo Estado, em uma arquitetura piramidal de fluxos de informação. Nesta abordagem os governos podem atuar censurando o conteúdo das informações, ou mesmo impedindo a circulação dos dados. Como as empresas atuam dentro dos entes nacionais, também estão sujeitas à ação repressiva dos governos, bem como a processos de nacionalização ou mesmo estatização.

Então, a construção de uma dimensão real do Poder Informacional exigiria que este fosse cada vez mais interativo, mesclando imagens, filmes e texto, tendo a capacidade de moldar percepções e escolhas. A resposta para o problema veio justamente da cibernética, e da visão estratégica sobre a junção de diversas mídias sobre uma mesma plataforma digital. Concretizadas pelos recursos disponíveis para a corrida tecnológica com a União Soviética, geridos pelos escritórios do Pentágono e agências de inteligência, as soluções tecnológicas foram sendo concebidas paulatinamente, subordinadas ao horizonte estratégico da nova hegemonia nas redes (ISAACSON, 2014; NRC, 1994).

Exemplo desse processo, o *cluster* produtivo do Vale do Silício, promovido pelo Department of Defence (DoD) e pelas Universidades norte-americanas, precisou de garantias mercadológicas para que pudesse ser concretizado. Com o asseguramento das bandas ou faixas no sistema de telefonia com “valor agregado”, operando serviços com o conjunto de protocolos TCP-IP, sem hierarquias centrais, mais do que um novo espaço econômico reservado às empresas tecnológicas estadunidenses, ter-se-ia também o fim do controle nacional sobre as comunicações. (NORBERG; O’NEILL, 1996). Com a quebra da hierarquia, as camadas das redes digitais seriam controladas pelos detentores das múltiplas tecnologias envolvidas, e não mais pela posição geográfica das empresas posicionadas dentro dos Estados.

Com o fim da Guerra Fria, um projeto cuidadosamente construído por três décadas se materializou na instituição da Internet. Uma rede digital global, com penetração mundial, gerida por organismos controlados pelo Estado norte-americano, e, sobretudo, firmemente alicerçada em tecnologias produzidas neste país, grande parte originadas a partir do financiamento do próprio Estado, pôde se tornar realidade.

O Poder Informacional norte-americano foi sendo colocado aos demais atores globais, com um misto de imposição e sedução. Pelo viés da força, a única potência global do planeta exigiu a privatização e desregulamentação das comunicações, sobretudo nos países de terceiro mundo (NRC, 1994; ZITTRAIN, 2008), assim a possibilidade de exercer a soberania nacional foi repassada paulatinamente aos detentores das novas tecnologias, em detrimento dos Estados Nacionais. Concomitantemente, conteúdos foram inseridos a essa infraestrutura, como correio eletrônico, armazenamento de dados, aplicativos de redes sociais, *sites* de notícias, cujo domínio se dava a partir dos países centrais, onde estão localizados os detentores das novas tecnologias. Pavimentados por sistemas operacionais e aplicativos computacionais, caminha-se agora para a onipresença dos aplicativos em redes que estarão

“em todas as coisas⁶”, a monitorar completamente a maioria das pessoas, quer se dêem conta, ou não.

Depois de algumas décadas de disputa interna e maturação de conceitos, foi escolhido pelo Departamento de Defesa e seu modelo de Operações de Informação como arcabouço principal para articular políticas, processos e técnicas que permitam assegurar a hegemonia dos EUA na esfera informacional. As operações de informação- articulam quatorze diferentes “capacidades” informacionais, que vão das comunicações por rádio, passando pelo fluxo de dados satelital, pela criação de desinformações e sua reprodução às massas ou líderes, e até mesmo pela integração do alto escalão do Estado norte-americano nas urdiduras de decepção e operações psicológicas. Sua construção materializou a necessidade do DoD em construir políticas e métodos de ação para ampliar os setores que atuariam diretamente na dimensão informacional (JCS, 2012).

4 CONCLUSÃO

Tem-se o Poder Informacional e o controle deste, mas seu uso estratégico perpassa questões muito mais profundas do que o simples emprego de técnicas, por mais sofisticadas que sejam. Todo o conjunto de doutrinas articulado sob o manto das Operações de Informação não tem sua aplicação assegurada pelos demais setores do Estado e da sociedade. A questão da *desinformação nas disputas informacionais*, em que são disponibilizadas informações errôneas ao adversário, reforçando percepções que instiguem decisões equivocadas, trazem à tona uma disputa visceral da sociedade norte-americana, ou ao menos de seus principais atores, em que a forma de exercer o poder e de buscar a hegemonia estão colocadas como pano de fundo.

Resolvidos tais dilemas, com a posse do cabedal das “capacidades informacionais”, em conjunção com o domínio do espectro da rede, a construção e unificação do discurso estratégico, permitirão um salto ainda maior na hegemonia estadunidense na dimensão de Poder Informacional. Uma narrativa unificada em escala global por parte de um mesmo Estado, repetindo rotineiramente informações e desinformações, que estarão inescapavelmente ao redor dos indivíduos, em computadores, leitores de livros e jornais, em óculos eletrônicos, ou até mesmo em utensílios domésticos, terá um efeito devastador sobre as soberanias nacionais e as agendas dos povos. Percepções sobre governos poderão ser modificadas, regimes políticos instabilizados, escolhas tecnológicas inviabilizadas, mercados regionais desqualificados (BRITO, 2015).

⁶ : Internet of everything. Tradução livre.

Como consequência central, a perda definitiva da capacidade de interpretar o mundo por si mesmo pode representar a pá de cal em diversos projetos de construção de algo parecido com um ideal de democracia. Por meio desta subjetividade global criada pela *noopolitik*⁷ estadunidense, povos inteiros quedariam convictos que sua condição de miséria, sua opressão racial, por gênero ou etnias, suas guerras civis e, sobretudo, sua ausência de perspectivas, comporiam uma ordem natural das coisas, preceituada pelo esplendor da alardeada “sociedade da informação”, e de sua “inevitabilidade tecnológica”.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 36 no.3, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000300002>>. Acesso em: 27/08/2015.
- ARQUILLA, John; RONFELDT David. **The emergence of noopolitik: toward an american information strategy**. Santa Mônica: RAND Corporation, 1999. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1033.html>. Acesso em: 15/07/2015.
- BARBROOK, Richard. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- BENETT, Michael; WALTZ, Edward. **Couterdeception principles and applications for national security**. Boston: Artech House, 2007.
- BRAMAN, Sandra. **Information, policy and power**. Cambridge: MIT Press, 2006.
- BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, julho de 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Acesso em: 15/07/2015
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **Between two ages: America's role in the technetronic era**. Nova York: Viking Press, 1970.
- CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr., 1997.
- CIA. Senior Research Staff on International Communism. **Soviet. Communism in the Sixties: Some Notes on Its New Dimensions**. 01 Agosto de 1961, p. 8. Disponível em:

⁷ Tendo em vista a necessidade de um novo tipo de hegemonia ideológica como base para a instituição do Poder Informacional estadunidense, *Arquilla* e *Ronfeldt* resgataram o termo *noopolitik*. Esse conceito seria compreendido como uma nova maneira de fazer política, enfatizando a importância da partilha de ideias e valores no mundo, principalmente por meio do exercício da persuasão do poder simbólico, em detrimento do poder duro militar tradicional (ARQUILLA; RONFELDT, 1999).

<http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/89801/DOC_0000247350.pdf>. Acesso em: 15/07/2015

CLARK, Robert M.. **Intelligence analysis: a target-centric approach**. Los Angeles: Sage, 2013.

CORNELIUS, Ian. Theorizing information for Information Science. **ARIST- Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, 2002. Disponível em: <http://www.academia.edu/699005/Theorizing_information_for_information_science>. Acesso em: 15/07/2015.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**., Brasília, D.F., v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DUNNIGAN, James F.; NOFI, Albert A.. **Victory and deceit: deception and trickery at war**. San Jose: Writers Club Press, 2001.

DURANDIN, Guy. **As mentiras na propaganda e na publicidade**. São Paulo: JSN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2012.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 17, n 33, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 25/07/2015.

GODSON, Roy; WIRTZ, James J. Strategic denial and deception. In: **Strategic denial and deception**. New Brunswick: Transaction publishers, 2002.

HASTINGS, Max. **Inferno: o mundo em guerra 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores: uma biografia da revolução digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JOINT CHIEFS OF STAFF – JCS. **Joint Publication 3-13, Information Operations**. 27 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_13.pdf>. Acesso em 15/07/2015

JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. **Propaganda e persuasão**. Los Angeles: Sage, 2012.

KEOHANE, Robert O. Theory of world politics: structural realism and beyond. In: KEOHANE, Robert O (Ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 158-203.

LAURIE, Clayton D. **The propaganda warriors: America's crusade against nazi germany**. Lawrence: University Press of Kansas, 1996.

LINEBARGER, Paul M. A.. **Psychological warfare**. Landisville: Coachwhip Publications, 2010.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2006.

- MERRIAN-WEBSTER DICTIONARY. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/disinformation>>. Acesso em: 14/07/2015
- MCLUHAM, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- MORAES, Glória. Telecomunicações e o poder global dos EUA. In: **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2007, p.347-392.
- NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998.
- NORBERG, Arthur L.; O’NEILL, Judy E.. **Transforming computer technology: information processing for the Pentagon, 1962-1986**. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1996.
- NRC - NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Realizing the Information Future: The Internet and Beyond**. Washington, D.C.: National Academy Press, 1994. Disponível em: <<http://www.nap.edu/catalog/4755/realizing-the-information-future-the-internet-and-beyond>>. Acesso em 15/07/2015.
- OXFORD DICTIONARIE. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com/definition/english/disinformation?q=disinformation>>. Acesso em: 14/07/2015
- QUALTER, Terence H.. **Propaganda and psychological warfare**. Nova Iorque: Random House, 1962.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- WIENER, Norbert. **Cybernetics or control and communication in the animal and the machine**. 2.ed. Cambridge: MIT Press, 1965.
- TOFFLER, Alvin. **O Choque do Futuro**. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ZITTRAIN, Jonathan. **The Future of the Internet— And How to Stop It**. Harrisonburg, Virginia: Yale University Press; New Haven & London, 2008.